



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DE ALMAS: POSSIBILIDADES DE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS.

CANANDA BRAGA QUIRINO

Planaltina – DF
2023



INSTITUTO FEDERAL
Brasília
Campus Planaltina

Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural
Planaltina/DF, CEP 73380-900
(61) 2196-2653 | ifb.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DE ALMAS: POSSIBILIDADES DE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS.

CANANDA BRAGA QUIRINO

**Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Brasília - IFB, como parte das exigências para a obtenção
do grau de Tecnólogo em Agroecologia.**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva

Planaltina – DF
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Diagnóstico participativo na comunidade Kalunga Vão de Almas: Possibilidades de acesso a políticas públicas.

QUIRINO, Cananda Braga¹

¹ Instituto Federal de Brasília *Campus Planaltina*, cananda.quirino@estudante.ifb.edu.br

Resumo

O trabalho tem como objetivo indicar os limites e possibilidades da inserção das políticas públicas com referenciais agroecológicos de compras institucionais, crédito rural, transporte e acesso à educação do campo na comunidade quilombola Kalunga Vão de Almas. O referencial teórico traz aspectos da construção do conhecimento agroecológico e da superação do desmonte em políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos sistemas agroalimentares saudáveis e agroecológicos. Foram utilizados métodos como a observação participante e a pesquisa-ação. O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK é um exemplo de preservação do Bioma Cerrado, pois além de garantir a agricultura de subsistência, mantém a potência do agroextrativismo dentro do território. Os agricultores visitados de acordo com o que apontou o diagnóstico participativo, apresentam potencial para fornecer alimentos agroecológicos para a Escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. O acesso a essa política é essencial para valorizar a produtividade local e fornecer um alimento saudável na merenda escolar dos estudantes condizente com sua realidade local.

Palavras-chave: Agroecologia; Programa Nacional de alimentação Escolar; Autonomia e Soberania alimentar; Comunidade Quilombola.

Introdução

A agroecologia é uma ciência que exige pressa e imediatismo em consolidar e aplicar suas tecnologias sociais, não se tratando de uma alternativa, mas uma saída para a crise ambiental e social que avança a passos largos no Estado brasileiro (Brasil de Fato, 2021).

A luta dos movimentos sociais do campo e da floresta por uma alimentação saudável está para além do alimento cultivado, transformado em energia monetária, existe o direito de resgatar e identificar os modos de vida e de fazer dos povos originários e comunidades tradicionais do Brasil, especialmente do bioma Cerrado, onde é necessário e urgente o fortalecimento das populações rurais, através da articulação e mapeamento das redes territoriais de agroecologia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Ribeiro, Ferreira e Noronha (2007, p. 258) traz que

[...] a Agroecologia deve ser encarada como um paradigma científico que agrupa várias áreas do conhecimento, com o intuito de perceber, estudar e interferir (enquanto sugestão) em processos sociais, políticos, organizativos, culturais, ecológicos e ambientais. O seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social. Concebê-la dessa maneira implica entender e vivenciar a sua influência direta nos processos de mudanças de postura, de visão de futuro para o mundo e de atitude para com a natureza, assim como em relação ao ser humano. Enfim, é ter a compreensão de que a Agroecologia contrapõe-se em essência ao modelo capitalista de desenvolvimento.

Segundo Ferrari, Silva, N. e Silva M. (2021, p. 256) na produção do conhecimento agroecológico, alguns princípios orientarão as diferentes práticas estabelecidas em diferentes tempos/espacos, tais como:

- i) o diálogo de saberes, ou seja, a relação entre diferentes formas de conhecimento;
- ii) os princípios ecológicos da agricultura, do qual se tem o entendimento das interações do ecossistema que dão suporte para a elaboração de práticas sustentáveis;
- iii) os métodos participativos como ferramenta, como instrumento que permite o diálogo entre técnicos/ as e agricultores/as; e entre agricultores/as.

O movimento realizado por e para as comunidades camponesas, são respostas positivas do quanto a Agroecologia se configura como uma organização sociotécnica capaz de produzir alimentos, compondo sistemas agrários alinhados ao metabolismo universal da natureza, sendo também uma área do conhecimento humano que integra Ciências naturais e humanas, cujo conhecimento produzido necessariamente advém do protagonismo de técnicos, educadores e agricultores (Pupo, 2018).

Não adianta pensar no avanço/crescimento na produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, sem pensar na construção da reforma agrária popular, na demarcação das terras indígenas e no reconhecimento dos territórios quilombolas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (Dicionário de Agroecologia e Educação, 2021, p. 17). Viabilizar a regularização fundiária dos territórios quilombolas, de comunidades e povos tradicionais é capaz de gerar o desenvolvimento territorial, fortalecendo associações e cooperativas de trabalho e de produção agrícola/agroextrativista familiar.

Desde 2016, o país vivencia um desmonte em políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos sistemas agroalimentares saudáveis e agroecológicos e importantes para garantia do acesso à alimentação saudável e erradicação da fome no Brasil, a exemplo do Programa de Renda mínima, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que foram descontinuados com cortes drásticos no orçamento dos governos liberais, após o golpe de impeachment de 2016 ao governo de Dilma Rousseff (Racismo e Sistemas Agroalimentares, 2022, p. 20).

Além disso, é necessário trazer uma análise sobre os anos 2019-2022 do Brasil, que foi governado em por um Presidente da República fascista, que geraram consequências irreparáveis, como o travamento da titulação de territórios quilombolas, que segundo informações da organização Terra de Direitos (2023), foi emitido apenas 6 títulos parciais das 161 certificações de comunidades quilombolas feita pela Fundação Cultural Palmares (FCP), esse número poderia ter sido menor caso as comunidades não tivessem acionada a justiça para obterem titulações parciais dos seus territórios.

O maior número de comunidades quilombolas certificadas aconteceu na primeira gestão do Presidente Lula (2004-2006), onde foram 812 certificações realizadas pela FCP. Já o maior número de títulos emitidos pelo INCRA foi na gestão da Presidente Dilma, onde foram tituladas 14 comunidades quilombolas. Mesmo assim, o Brasil pode levar 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Terra de Direitos, 2023).

Neste cenário, ter uma alimentação saudável se configura como um privilégio de classes sociais com poder econômico. Diante disso, há a necessidade de investimento na democratização da alimentação saudável, considerando, sobretudo, a ocupação do território brasileiro, os fatores classe e raça (Racismo e Sistemas Agroalimentares, 2022, p. 20).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Uma das formas de reparar esses danos é avançando na agenda de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, fortalecendo os sistemas agrícolas dos povos do campo, das águas e das florestas, através da produção e venda da produção agrícola, podendo garantir acesso a direitos básicos como saúde e transporte.

Segundo o autor Alberto Acosta, autor do livro Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos, as promessas do progresso e desenvolvimento não se cumpriram e não se cumprirão. O modelo desenvolvimentista se baseia em uma falsa ideia de evolução de uma determinada nação. A filosofia bem viver está em construção, com um amplo debate de que o Estado não pode estar preso às tradições eurocêntricas (Acosta, 2016, p. 26).

A proposta política do bem viver está buscando novas formas de organizações sociais, em um âmbito global, já que os modelos desenvolvimentistas e capitalistas estão por toda a parte. Ao trabalhar a raiz do problema, o bem viver sustenta o discurso de que todo o problema deve ser resolvido da maneira mais simples possível. Um dos princípios da agroecologia é promover a autogestão das comunidades, fazendo com que, determinada área, se torne auto sustentável, sem depender de uma empresa multinacional que visa somente o lucro do recurso natural. Entretanto, para isso se tornar realidade se faz urgente a necessidade de incidir em políticas públicas para agricultura familiar.

Políticas públicas de compras institucionais fomentadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009), são necessárias para o fortalecimento dos povos do campo, uma vez também que o programa traz em sua legislação a obrigatoriedade do Estado e do Município de fornecer nas escolas públicas pelo menos 30% de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (Brasil, 2023).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Neste sentido, o crédito rural é uma das formas de desenvolver atividades agrícolas na agricultura familiar, gerando mais retorno financeiro que os créditos ofertados para os grandes produtores do agronegócio. Podemos citar a concessão do Crédito Instalação (Decreto nº 11.586/2023) concedido pelo INCRA para beneficiários da reforma agrária, que no ano de 2023 teve aumento significativo nos valores a serem financiados e nas modalidades ofertadas, como por exemplo o Fomento Jovem que investe um valor de R\$ 8.000,00 para financiar projetos que garantem a vida da juventude rural no seu local (Brasil, 2023).

As políticas de fortalecimento da agricultura familiar, e a preservação do cerrado dificilmente chegam às comunidades rurais. E quando chegam são pensadas somente por agentes políticos que não conhecem a realidade social, cultural daquele povo. Isso inviabiliza a efetivação das políticas (Souza, 2018, p. 12).

A Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA possuem como princípios o respeito à diversidade do campo e o incentivo a projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo. A valorização da identidade da escola do campo por meio de metodologias adequadas permite que as reais necessidades da comunidade rural, em especial a comunidade escolar, possam ser atendidas, possibilitando o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que haverá flexibilização na organização escolar, como a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (Brasil, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394/1996) traz no Artigo 1º § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996). A LDB traz o dever do Estado de intencionar uma forma de superar os desafios de se fazer uma escola de forma a pensar o território, transformá-lo por meio crítico, possibilitando uma melhor qualidade de vida dos sujeitos. O direito a uma educação do campo é elementar para a promoção da autonomia e soberania alimentar da agricultura familiar, em especial dos territórios quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais.

Para uma aplicação dessa diretriz na educação no campo, em 2005 nasce o projeto de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) na Universidade Federal de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília Minas Gerais (UFMG), sendo ampliado, a convite do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2007, para três instituições federais: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente estão em execução 44 cursos de LEdoC, em 31 universidades e 4 institutos federais (Molina, Antunes-Rocha e Martins, 2019).

As LEdoCs tem como objetivo fomentar a formação, no âmbito da Educação Superior, de educadores que já atuam nas escolas do campo, e também de preparar a juventude do campo que nelas possa vir a atuar. Estes cursos têm como objeto as Escolas do Campo, com ênfase na construção de novas formas de organização escolar e de métodos do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Molina e Sá, 2011).

A aproximação da LEdoC com a agroecologia é permeada pela intenção de fazer uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da promoção de reflexões críticas a partir da percepção da materialidade histórica dos sujeitos do campo, respeitando processos de autonomia e soberania.

A Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (Caporal, 2004).

Como a Agroecologia depende de um olhar sistêmico, ela precisa da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como elo instigador e promotor de boas práticas, mas ela precisa estar conectada com o avanço das demais políticas públicas (Macedo e Amaral, 2016).

Nesse sentido, as políticas públicas traduzem formas de agir do Estado, por meio de um conjunto de medidas que visam pôr em prática os direitos instituídos. Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

A política de desenvolvimento rural, com uma visão reducionista, começou a ser questionada na medida em que era discriminatória e beneficiava apenas os grandes produtores rurais. Com isso, os agricultores familiares ficaram excluídos da política de desenvolvimento, restando a eles a continuação de suas atividades sem qualquer espécie de incentivos e tendo necessidade de buscar alternativas de renda em outras atividades. Nesse cenário, os agricultores tornavam-se mão-de-obra das fazendas ou migravam para as periferias das cidades para trabalhar em atividades temporárias ou ser mais uma força de trabalho para as indústrias (Tagriapietra et al., 2021, p. 182).

Por falar em grandes produtores rurais, segundo Monteiro (2012), o agronegócio é o atual modelo agrícola hegemônico no Brasil e tem como base técnico-científica a chamada Revolução Verde, que se disseminou amplamente no país a partir da segunda metade do século XX, transformando radicalmente as paisagens.

Para uma melhor compreensão acerca do conceito de hegemonia, Pronko e Fontes (2012) citam que o conceito apreende a dinâmica das lutas de classes sob a dominação burguesa, explicando a produção da conformidade social por meio da organização e atuação da sociedade civil, voltada para o convencimento, ao lado da persistência das formas coercitivas do Estado burguês.

Toda relação de hegemonia pressupõe, como possibilidade, a existência de experiências, relações e atividades contra-hegemônicas. Isso porque “a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total e exclusiva” (ibid *apud* Pronko e Fontes, 2012, p. 394).

Quijano (2005) traz em seu texto que novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho, o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se.

A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
e o Estado-nação moderno (Quijano, 2005, p. 135).

Como forma de entendimento sobre como o colonialismo atravessa a América Latina, bem como analisar corretamente e criar categorias e conceitos próprios, os estudiosos latino-americanos compuseram o grupo Modernidade/Colonialidade no final da década de 1990. Dada sua formação, os estudiosos pautaram o pensamento decolonial e dialogaram com os trabalhos que já vinham sendo produzidos por latino-americanos (Oliveira e Lucini, 2021).

Mignolo (2017) aponta que o conceito empregado pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados.

Outra proposta da perspectiva decolonial é o deslocamento do lugar de fala, o que se aproxima da estratégia da pedagogia de Freire de devolver a palavra ao oprimido. Falar a partir do paradigma colonialidade/modernidade, ressaltando a colonialidade como a outra face a modernidade, é uma forma de desafiar o discurso moderno hegemônico (Penna, 2014, p. 196).

De acordo com Paulo Freire (1983) a capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele em que o agrônomo julgue deveriam estar.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Brasil, 2010).

A Tecnologia Social é um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida, não sendo um modelo pronto, onde são imprescindíveis o diálogo de saberes populares e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília acadêmicos (ITS Brasil, 2023).

Nesse sentido, é essencial o desenvolvimento de tecnologias sociais em conjunto da práxis agroecológica que trazem as dimensões da materialidade, da história e do movimento. O processo de articulação entre esses polos pode permitir a construção de estratégias participativas envolvendo agricultores, técnicos e cientistas (Dicionário de Agroecologia e Educação, 2021, p. 734).

Essa contextualização sobre temas que envolvem a importância e urgência da Agroecologia para a sociedade, é presente no projeto aprovado e iniciado no ano de 2022, na Chamada do CNPQ/MCTI/FNDCT nº 40/2022 Pró Humanidades - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Humanidades, o projeto *“Investigando as potencialidades da práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo para promoção do desenvolvimento humano e social nas Escolas do Território Kalunga através da formação em agroecologia e manejo sustentável do Cerrado”* com duração de 24 meses, tendo em sua composição integrantes da comunidade, representados pela Associação Quilombo Kalunga (AQK) e pesquisadores egressos da LEdoC, pesquisadores da Universidade de Brasília e Universidade Federal do Tocantins e pesquisadores do Instituto Federal de Brasília do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

A AQK é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 10 de outubro de 1999, com reforma do estatuto no dia 01 de julho de 2019, bem como a criação do Regimento Interno, projeto pioneiro em nível nacional (Quilombo Kalunga, 2023).

Sua missão maior é promover a defesa dos interesses de todas as comunidades do Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK, que está localizado em três municípios do estado de Goiás: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre do Goiás. Além disso, estabelece normas para a gestão ambiental e territorial do SHPCK, reconhecimento de ascendência e remanescente Kalunga, e sobre o turismo no território.

Seu objetivo primordial é congrega o quilombo Kalunga no SHPCK, realizando o interesse social e econômico de todas as comunidades pertencentes ao quilombo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Kalunga, bem como sua representatividade perante as instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Objetivos principais:

- Titulação e ocupação das terras pertencentes (Decreto presidencial 4887/2003);
- Direito das crianças e jovens, adolescentes, idosos, mulheres e portadores de deficiência;
- Criação do Centro Educacional de Ensino Superior na área do SHPCK e implantação de escolas de tempo integral;
- Incentivar a prática da capoeira;
- Promover cursos de capacitação nas áreas de atividades turísticas, artesanal, ambiental e educacional;
- Zelar pelas tradições culturais e religiosas do povo Kalunga;
- Zelar pelo meio ambiente, com orientação da legislação ambiental;
- Incentivar o turismo de base comunitária;
- Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário Kalunga, através do apoio da agricultura familiar de produção orgânica;
- Criar banco de sementes crioulas;
- Preservação do Cerrado;
- Extrativismo mineral artesanal para fabricação de joias com pedras preciosas;
- Diminuição no uso de agrotóxicos no SHPCK até a extinção do seu uso.

O Território Quilombola Kalunga é estendido ao longo de mais de 263.000 hectares e é constituído por 39 comunidades.

“O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é formado originalmente por negros descendentes de pessoas escravizadas que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo, há mais de 300 anos, num dos lugares mais bonitos do Brasil, a região da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste goiano (Cunha, 2018).”

Em 14 de julho de 2000, o Governo Federal, por meio da Fundação Cultural Palmares - FCP, emitiu o TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO/FCP/Nº



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília 004/2000, reconhecendo uma área com cerca de 263.000 hectares. Por intermédio do Decreto nº 4.887/2003, foi instituída os procedimentos legais de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas, garantindo as ações de avaliação e desintrução de ocupantes não quilombolas da área identificada, com o advento da autuação do processo de regularização fundiária instituído pelo processo nº 54700.000189/2004-12, que no atual cenário, encontra-se em fase de desintrução, de moradores não quilombolas de dentro do território delimitado, e decretado com de interesse público para fins de interesse social.

As Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) são definidas pelo artigo 2º do Decreto 4887/2003 como “grupo étnico-racial [...] com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003). Dentro das suas relações territoriais específicas encontramos o uso sustentável do Cerrado e os sistemas agrícolas, que compartilham técnicas, espécies e saberes específicos, relacionados à luta histórica dessas populações.

As práticas alimentares kalungas são a nossa alimentação local, tendo como base os alimentos produzidos na comunidade. Os Kalungas alimentam-se do que se produz nas roças de toco, isto é, cultivamos uma variedade de alimentos que juntos com os produtos extraídos do cerrado garantem a alimentação das famílias. Nós kalungas consumimos em primeiro lugar os nossos alimentos agroecológicos e só optamos por consumir os industrializados quando os produzidos na comunidade acabam (Cunha, 2018).

Esse trabalho foi realizado com base na Etapa II do projeto CNPQ *“Investigando as potencialidades da práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo para promoção do desenvolvimento humano e social nas Escolas do Território Kalunga através da formação em agroecologia e manejo sustentável do Cerrado”*. Foi executado por meio da aplicação de um diagnóstico participativo na comunidade do território Quilombola Kalunga do Vão de Almas, tendo como princípio a Pesquisa-Ação. O ponto de encontro entre os agricultores e pesquisadores ocorreu na Escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio. Portanto os protagonistas pesquisadores da equipe do presente projeto, que responde a Chamada do CNPQ/MCTI/FNDCT nº 40/2022 Pró Humanidades, é composta, em grande medida, pelos próprios sujeitos históricos e concretos do território e realidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
analisadas.

O objetivo deste trabalho é indicar os limites e possibilidades da inserção das políticas públicas de compras institucionais, crédito rural, transporte e acesso à educação própria dos sujeitos coletivos, a partir das três visitas de campo realizadas na comunidade Vão de Almas. Como parte dessa educação própria, protagonizam sujeitos pesquisadores e também gestores e docentes da escola em destaque, que se propõem pensar práxis educativas que potencializam a autonomia e soberania alimentar, bem como formas de participação e organização de base para acesso a políticas públicas, transformando realidades das comunidades, a partir da consciência de sujeitos de direitos dos coletivos.

Metodologia

Foram utilizadas metodologias participativas para a pesquisa de cunho qualitativo, através da observação participante pela presente pesquisadora durante a realização das entrevistas semiestruturadas, nos quais esse instrumento foi aplicado pelos pesquisadores da Chamada do CNPQ/MCTI/FNDCT nº 40/2022 Pró Humanidades, anteriormente mencionada.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985, p.14).

Os métodos qualitativos de pesquisa permitem gerar dados abrangentes, assim como apreender o conhecimento local a partir da vivência junto aos sujeitos pesquisados (Bauer e Gaskell, 2007). A observação participante consiste na principal metodologia desenvolvida pela Etnografia a qual, por sua vez, transcende a dimensão metodológica. Trata-se também de uma perspectiva epistemológica e política desenvolvida no âmbito da Antropologia (Clifford, 2010). Ao articular a pesquisa empírica com a interpretação dos resultados, o presente estudo aproxima-se ao trabalho antropológico, o qual, como pensa Oliveira (1996), em nada é incompatível



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília com o trabalho de outras disciplinas sociais. Nesse sentido, o presente trabalho teve respaldo em quatro etapas de apreensão dos fenômenos sociais: olhar, ouvir, sentir e escrever.

A escolha pela observação participante nesta pesquisa se deu pela busca de uma apreensão da realidade por meio de um movimento interpretativo e implicado (Oliveira, 1996). Por sua vez, a proposta de metodologia participativa não é meramente instrumental. Fundamenta-se na crítica da metodologia unilateral, na crítica social das práticas científicas convencionais e de seus aspectos de dominação, de desconhecimento, aproveitamento ou extorsão do saber popular ou nativo (Thiollent e Silva, 2007).

A perspectiva de Verdejo (2010) converge com a de Thiollent, e vai além dela, ao mostrar como a pesquisa e extensão rural podem de fato contribuir sem tornar a população objeto de pesquisa. Ao contrário, as famílias agricultoras são protagonistas e autores da pesquisa e dos processos de intervenção. Nesse sentido, optou-se pela pesquisa-ação, metodologia de caráter investigativo, ao passo em que envolve os pesquisadores e a população interessada.

O diagnóstico participativo aconteceu na comunidade quilombola Kalunga Vão de Almas no município de Cavalcante - GO entre os meses de agosto a outubro de 2023 através de três campos:

- **Campo 1 - 26 e 27 de Agosto de 2023.**

Apresentação do projeto pelos professores e pesquisadores; Levantamento dos possíveis agricultores da comunidade a serem visitados; Apresentação do aplicativo de trilhas Wikiloc para demarcar os percursos;

Seleção de 11 (onze) agricultores e extrativistas, planejamento das visitas e apresentação do cronograma do projeto;

Visita nas casas e nos espaços de produção de 03 (três) agricultores e extrativistas selecionados.

- **Campo 2 - 11 e 12 de Setembro de 2023.**

Avaliação das últimas visitas e alinhamento para as próximas;

Visita nas casas e nos espaços de produção de 04 (quatro) agricultores e extrativistas selecionados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- **Campo 3 - 07 e 08 de outubro de 2023.**

Visita nas casas e nos espaços de produção de 04 (quatro) agricultores e extrativistas selecionados.

Resultados e Discussão

A Lei Estadual Complementar 11.409 de 21 de janeiro de 1991, decretada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e sancionada pelo Governo do Estado de Goiás dispõe sobre a implementação do SHPCK e emprega deveres ao Estado de Goiás. Estabelece em seu artigo 7º que as atividades agrícolas, pecuária e hortifrutigranjeira sejam permitidas e asseguradas, exclusivamente, aos habitantes do sítio histórico (Goiás, 1991).

Atualmente, a alimentação escolar é constituída por alimentos convencionais vindos de grandes mercados, onde a maioria dos gêneros alimentícios não faz parte da alimentação do dia a dia da comunidade quilombola Kalunga. Durante os três meses do diagnóstico participativo, foi possível verificar o potencial das famílias visitadas para produção de alimentos que possam atender às demandas do PNAE na Escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio, situada na comunidade Vão de Almas, fazenda Gameleira.

Entretanto, há receio na comunidade de acesso a essa política pública porque, em outra ocasião, o Estado não arcou com o prazo de pagamento estipulado nos editais de compras institucionais com os agricultores familiares e não existe nenhum agricultor nessa comunidade acessando essa política desde que ela foi instaurada e a pesquisa mostrou que até o momento ninguém desta comunidade participou.

Em outro momento, houve tentativa de inserir a alimentação da comunidade na merenda escolar, porém não teve organização coletiva para acessar o programa, onde existe uma extensa burocracia por parte da Prefeitura, necessitando de uma abordagem que considere as especificidades de cada comunidade do Território Quilombola Kalunga.

Um aspecto relevante mencionado para acesso ao PNAE é a importância de organizar um Plano de Produção Agrícola capaz de garantir o alimento na merenda



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília escolar levando em consideração a sazonalidade dos produtos do Cerrado.

Essa organização pode acontecer por meio da integração da escola-comunidade, onde poderá ser possível fazer atividades escolares com os estudantes sobre mapeamento, quantificação e precificação da produção agrícola. Além disso, uma inserção orientada na escola, previsto nos princípios pedagógicos das Licenciaturas em Educação do Campo, com foco na valorização dos alimentos produzidos na comunidade pode contribuir para a transformação da comunidade.

O modo de vida que é reproduzido na comunidade demonstra a autonomia e a soberania alimentar que os quintais e roçados das 11 famílias pesquisadas proporcionam, sendo as roças de toco e o extrativismo do Cerrado as principais atividades realizadas por essas famílias. O SHPCK é um exemplo de preservação do Bioma Cerrado, pois além de garantir a agricultura de subsistência, mantém 83% da vegetação intocada, dos 30% do bioma Cerrado nativo que se encontra no Estado do Goiás (Agência Brasil, 2023).

Nas visitas aos quintais e roçados, as principais produções são: amendoim (*Arachis* sp.), mandioca (*Manihot esculenta*), cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), gergelim (*Sesamum* ssp.), feijão (*Phaseolus* ssp.) - quatro variedades citadas: catador, carioca, manteiga e amarelinho, arroz (*Oryza* ssp.) - duas variedades citadas: bico roxo e novato, milho (*Zea* ssp.) e banana (*Musa* ssp.). Outras produções específicas foram: inhame (*Colocasia esculenta*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), laranja (*Citrus sinensis*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), abóbora, sapatinho ou cará do ar (*Dioscorea bulbifera*), melancia (*Citrullus lanatus*), jiló (*Solanum aethiopicum* gr. Gilo), maxixe (*Cucumis anguria*), melão (*Cucumis melo*), coco da bahia (*Cocos nucifera*), pinha (*Annosa* ssp.), pitaya (*Selenicereus undatus*), manga (*Mangifera indica* L.) e goiaba (*Psidium guajava*). A comunidade beneficia algumas produções, por meio de tecnologias próprias e/ou adaptadas que resultam em: farinha da mandioca, a rapadura, o açúcar mascavo, a garapa e o polvilho.

A produção animal também garante a autonomia e a soberania alimentar da comunidade, através da criação de galinha, gado e porco, para consumo da carne e seus produtos derivados, como os ovos e o leite.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O agroextrativismo é uma potência dentro do território Kalunga. Como foi observado nas visitas, todos os quintais são ricos em frutos comestíveis do Cerrado, tendo uma grande diversidade e variedade. Existem alguns que são mais comerciais dentro e fora do território, como a fruta e a polpa da mangaba (*Hancornia speciosa*); a geléia, a fruta e a polpa do cajuzinho (*Anacardium humile*); farinha do jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*); a amêndoa, a farinha e o óleo do baru (*Dipteryx alata*); o fruto e o óleo do pequi (*Caryocar brasiliense*) e o óleo e farinha do coco indaiá (*Attalea speciosa*). Porém, é possível observar outros produtos que são potencialmente comerciais, como o licuri (*Syagrus coronata*), fruto de uma palmeira que tem uma amêndoa que agrega bastante valor no mercado e a cagaita (*Eugenia dysenterica*) que não é muito consumida, devido a desinteria que pode ser provocada quando o fruto entra em processo de fermentação, geralmente pode ocorrer quando muito maduros.

Outra forma de extrativismo bastante realizada pela comunidade é a extração e beneficiamento de plantas medicinais do Cerrado, conhecimentos e técnicas que são passados de geração em geração. Algumas dessas plantas são: o tingui (*Magonia pubescens*) que se fabrica o sabão e o óleo que é usado para curar asma; o pó da pimenta de macaco (*Xylopia aromatica*) que é utilizada para cólica; chá de bodim e o Capim São José/Nagô/Caboclo (*Cymbopogon densiflorus*) que é consumido para o tratamento de gripe e febre; a raiz da planta Calunga/Kalunga (*Simaba* sp.) é usada para diabetes e gastrites e o café da semente do fedegoso (*Senna occidentalis*) que previne contra pneumonia.

Um dos agricultores visitados possui na área produtiva, tipo fitofisionômico de formação florestal (Mata de Galeria), uma agrofloresta com árvores do Cerrado, bananas e citrus, uma tecnologia social que não necessita de produção irrigada. A família agricultora possui uma horta de aproximadamente $\frac{1}{2}$ hectare, onde são cultivadas mais de 20 espécies produtivas, entre elas as qualidades/variedades de legumes, verduras, hortaliças e frutas. A localização da horta é na margem do Rio Paranã, devido a água para sua irrigação, onde todos os anos a horta é recomeçada do zero após o período da chuva, pois a margem do rio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

enche de água e alaga a produção. Para consumo doméstico, foi instalado poço artesiano com uma profundidade de 80 metros.

Três famílias agricultoras das pesquisadas possuem caixa d' água de Ferrocimento, para consumo doméstico e irrigação da horta, que fica localizada no quintal das casas. Um dos agricultores faz a captação da água da chuva pela calha do galpão de bioconstrução. Esse reservatório também recebe água do rio manualmente e fica a 600 metros de distância.

Ainda assim, outro agricultor que possui essa mesma caixa d' água, relata que a mesma se encontra com vazamento, não sendo eficiente na captação de água para consumo e irrigação de uma futura horta, onde a água para o consumo doméstico chega através da bomba sapo elétrica que capta água no rio, que fica aproximadamente 250 metros de distância da casa. Apesar dos agricultores possuírem bomba elétrica para captação de água no rio, seu uso é racionado devido ao alto custo cobrado pela empresa privada que fornece energia elétrica na comunidade.

Uma das agricultoras visitadas possui energia solar para viabilizar o funcionamento e uso da bomba sapo na sua casa e no seu quintal, uma tecnologia social que facilita seu acesso à água.

Um dos maiores desafios apresentado pelos agricultores foi a falta de acesso a água para aumento e manutenção da produção, principalmente no que se refere ao cultivo e irrigação das hortas. Apesar das roças dos agricultores visitados estarem próximo a cursos hídricos, a maioria produz somente em período de chuva por não ter incentivo a tecnologias sociais e/ou políticas públicas de acesso à água.

Outra questão que interfere diretamente na manutenção e no aumento da produção dos roçados é o acesso a maquinários agrícolas para otimizar os serviços feitos manualmente, como por exemplo o serviço de gradear a roça, o plantio, a capina e o descascador elétrico para beneficiamento da produção de arroz. Esse fomento pode chegar por meio de projetos que promovam a agricultura familiar quilombola, tanto pela prefeitura do município, quanto por entidades da sociedade civil, como associações e cooperativas de produtores rurais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Para aprimorar e potencializar a produção agroextrativista do Cerrado, é possível utilizar equipamentos específicos como despoldadeira para mangaba e cagaita, espremadora para cajuzinho, descascadora e quebrador de baru, coco indaiá e outras amêndoas com potencial de comercialização. Uma das formas de subsidiar essas tecnologias sociais é mediante a concessão de crédito rural para agricultura familiar.

O alto custo da energia elétrica, como já mencionado, reflete em outras questões, como a aquisição e utilização de freezer para armazenamento dos frutos do Cerrado. A comunidade tem potencial de realizar mais coletas para evitar perdas, entretanto o custo alto para manter os freezer inviabiliza essa coleta e, consequentemente, a comercialização.

As agricultoras extrativistas e os agricultores da comunidade expõem a necessidade de possuir um transporte comunitário, tanto para viabilizar as coletas dos produtos do Cerrado pelas extrativistas, quanto para a comercialização da produção dentro e fora do território Kalunga. O veículo facilitaria a entrega dos produtos das famílias agricultoras nas escolas da comunidade e a entrega em pontos de vendas que possa concentrar a produção de alimentos da comunidade para comercialização, como o Mercado Kalunga que vai ser construído no município de Cavalcante-GO, com intenção de promoção e valorização da produção agrícola e agroextrativista do Território Quilombola Kalunga.

O aplicativo de celular para trilhas Wikiloc, foi utilizado para demarcar o percurso da Escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio até a casa das famílias agricultoras. A ideia inicial era utilizar o aplicativo com os estudantes da escola, para envolvimento na pesquisa, porém a maior parte dos campos realizados ocorreram fora do calendário letivo. O aplicativo se mostrou eficiente na questão de demarcação dos pontos, gerando informações referente à distância entre a escola e os agricultores. Quanto ao percurso do caminho feito pela equipe da pesquisa, ele se mostrou impreciso, necessitando de uma validação dos dados com os pesquisadores da comunidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

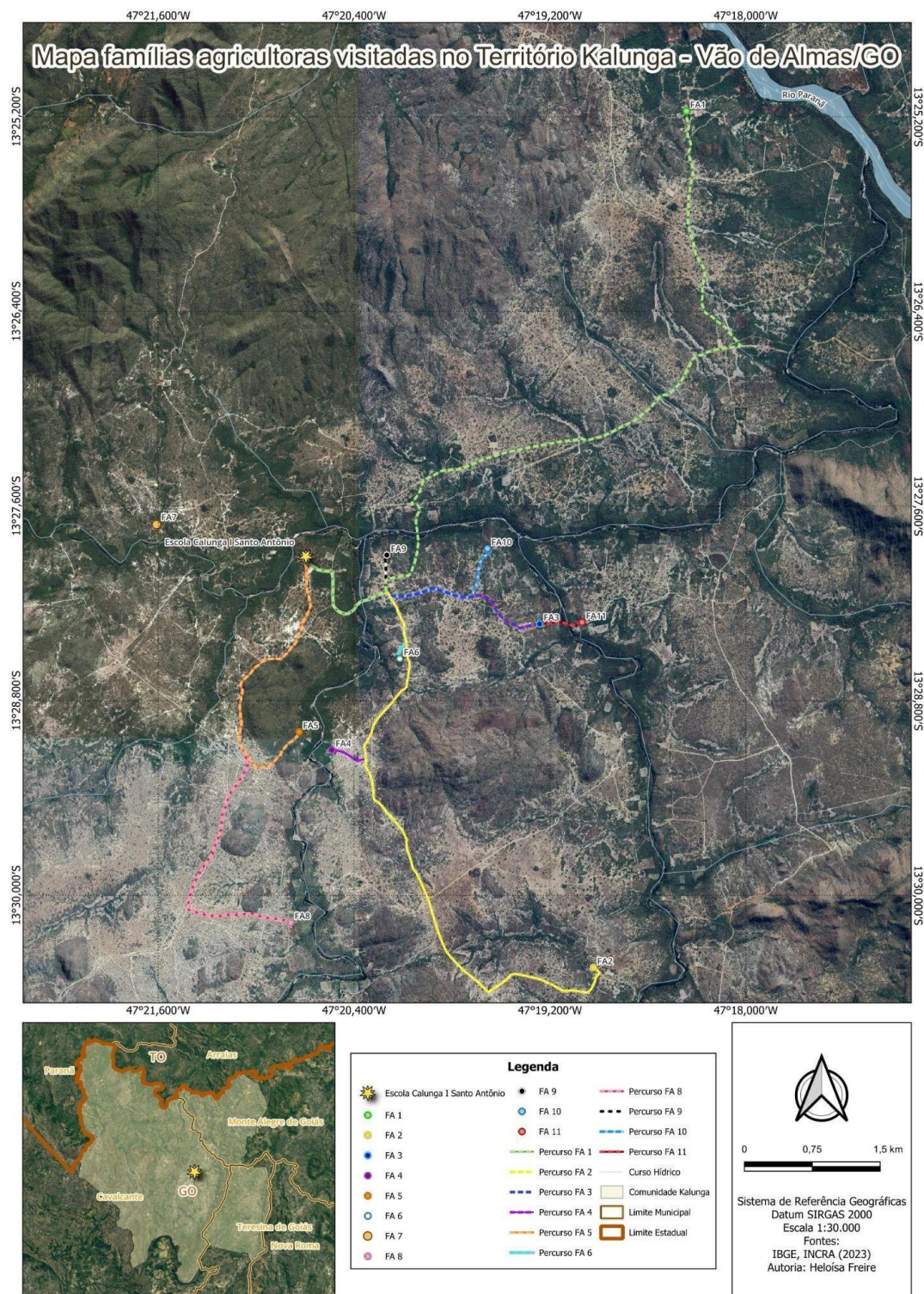


Figura 1. Mapa das famílias agricultoras visitadas no Território Kalunga - Comunidade Vão de Almas. FA significa “família agricultora” e a numeração na ordem que o percurso foi realizado através do aplicativo de trilhas Wikiloc. Os dados foram processados no QGIS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



Figura 2. Grupo dos pesquisadores, professores e gestores que fazem parte da Chamada do CNPQ/MCTI/FNDCT nº 40/2022 Pró Humanidades - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Humanidades.

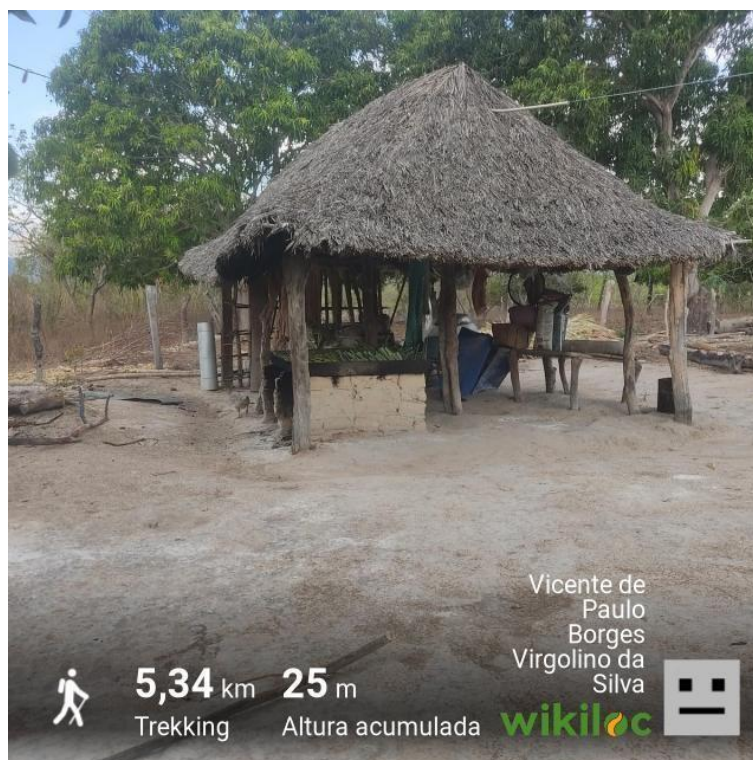


Figura 3. Infraestrutura de beneficiamento do agricultor. Imagem registrada no aplicativo Wikiloc pelo pesquisador e professor do Instituto Federal de Brasília Vicente P. B. Virgolino Silva.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



Figura 4. Hortas no quintal e na margem do rio e roças de mandioca das famílias agricultoras.



Figura 5. Produção do Cerrado beneficiadas pelas agricultoras e extrativistas da comunidade. O cajuzinho e o coco indaiá estavam sendo colhidos na época das visitas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Conclusões

É fundamental tecnologias sociais e acesso a políticas públicas que atendam as demandas da comunidade de acordo com suas especificidades para potencializar suas produções e garantir sua autonomia. Um dos problemas atuais enfrentados pelas comunidades rurais é o êxodo rural, principalmente dos jovens por não terem perspectivas e incentivos para permanecer na comunidade.

Os agricultores visitados têm potencial para fornecer alimentos para a Escola Estadual Calunga I Extensão Santo Antônio através do PNAE. O acesso a essa política é essencial para dar continuidade, valorizar e fornecer um alimento saudável na merenda escolar dos estudantes condizente com sua realidade local. Tendo sucesso nesse projeto piloto, os agricultores que participaram desse programa podem se tornar referências para as outras comunidades.

Além disso, é essencial o incentivo de práticas livres de insumos agroquímicos que possam promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário através do apoio da agricultura familiar de produção orgânica e agroecológica, de acordo com os objetivos da Associação Quilombo Kalunga.

A devida importância e valorização do extrativismo do Cerrado gera um fortalecimento e autonomia alimentar para a comunidade Kalunga, assegurando a preservação socioambiental e o amparo financeiro aos produtores e extrativistas. Nesse sentido, as coletas precisam ser organizadas e responsáveis, pensando no manejo ecológico dos bens naturais. Um apontamento é sobre os níveis de resiliência e regeneração do Cerrado, sendo sugerido a inserção de boas práticas do agroextrativismo.

Desse modo, é necessário que haja práticas extensionistas que sejam pautadas por uma visão mais abrangente e mais conectada com o SHPCK, onde possa acolher e apoiar a produção agrícola, que possui suas particularidades.

Agradecimentos

Agradecemos o acolhimento e a recepção dos pesquisadores da comunidade e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
apoio financeiro a esta pesquisa, contemplada na Chamada do CNPQ/MCTI/FNDCT
nº 40/2022.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. Rio de Janeiro: Elefante Editora, 2016. 135 p.

APROVADO em Goiás o primeiro regimento interno de um quilombo no Brasil.

Quilombo Kalunga, 2019. Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/projetos/regimento-interno/>. Acesso em: 24 de jan. de 2023.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (organizadores). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 11a edição. Petrópolis/RJ: **Editora Vozes**, 2013. pp.64-66.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de nov. de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Decreto nº 11.586, de 28 jun. 2023. Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação concedidos no período de 10 de outubro de 1985 a 27 de dezembro de 2013. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 jun. 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 jan. 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 1996.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: **MDA/SAF/DATER-IICA**, 2004

CASTRO, Franciléia Paula de. **Racismo e Sistemas Agroalimentares**. Salvador-BA: CESE, 2022. Disponível em: https://www.cese.org.br/wp-content/uploads/2023/08/RACISMO_SISTEMAS_AGR_OALIMENTARES_2112.pdf. Acesso em: 30 de out. de 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Tecnologias Sociais. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular : Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 727-736. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf.

Acesso em: 24 de out. de 2023.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: **Editora UFRJ**, 2002.

CUNHA, Valdir Fernandes da. **Soberania e Segurança Alimentar na Perspectiva dos Jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34403>.

DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular : Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf.

Acesso em: 24 de out. de 2023.

EXEMPLO de preservação, Quilombo Kalunga mantém nativos 83% do Cerrado.

Agência Brasil, 2023. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/exemplo-de-preservacao-quilombo-kalunga-mantem-83-do-cerrado-nativo>>. Acesso em: 29 de out. de 2023.

FERRARI, Eugênio A.; SILVA, Nívia Regina Silva; SILVA, Márcio Gomes da. Conhecimento Agroecológico. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular : Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 253-259. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf.

Acesso em: 24 de out. de 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira: 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GOIÁS. Lei nº 11.409, de 21 de jan. de 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. Goiânia-GO: **Diário Oficial**, 1991.

LOUREIRO, B.; ZARREF, L. Agroecologia já não é uma alternativa, é a única possibilidade. **Brasil de Fato**, Brasília-DF, 04 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/analise-agroecologia-ja-nao-e-uma-alternativa-e-a-unica-possibilidade>>. Acesso em: 24 jan 2023.

MACEDO, S. C; AMARAL, R. Agroecologia e Alimentos Sustentáveis Desde a Perspectiva do Trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural. **Friedrich Ebert Foundation Brasil**, São Paulo/SP, 2016. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
<<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12874.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MIGNOLO, W. D. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options (Mignolo, 2011), traduzido por Marco Oliveira. **RBCS** Vol. 32, nº 94 junho/2017.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. A Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do campo. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. B. M. (org.). **Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fatima Almeida. A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. Universidade de Brasília, Brasília, DF e Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019. **Rev. Bras. Educ.** 24. DOI 10.1590/S1413-24782019240051. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kLbkvLHNmMNqTwYR6TW9Rym/?lang=pt>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

MONTEIRO, Denis. **Dicionário da Educação do Campo: Agroecossistemas**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NO atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra. **Terra de Direitos**, 2023. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

O que é a Tecnologia Social?. **ITS Brasil**, 2023. Disponível em: <<http://inovacaosocial.org.br/conheca/tecnologia-social/>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115. <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>.

OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37.

PENNA, C. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós colonial latinoamericana. **Revista de estudos e pesquisa sobre a américa**: volume 8, n 02, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/hfrei/Downloads/admin,+12609-42727-2-PB.pdf> Acesso em: 24 jan. 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
PRONKO, M.; FONTES, V. **Dicionário da Educação do Campo**: Hegemonia. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PUPO, M. A. V. Por uma Ciência popular da vida: ancestralidade e agroecologia na formulação das Ciências da Natureza da Educação do Campo. **Revista Brasileira Educação Campo**, Tocantinópolis/TO, n. 3, p. 862-890, set./dez. 2018. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p862>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Simone; FERREIRA, Ana Paula; NORONHA, Suely. Educação do campo e Agroecologia. In: PETERSEN, Paulo et al. **Construção do Conhecimento Agroecológico Novos Papéis, Novas Identidade**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2007. 286 p. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2020/04/Construcao-Conhecimento-Agroecol%C3%B3gico-Novos-Pap%C3%A9is-Novas-Identidades-ANA-2007.pdf>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

SOUZA, Lourivaldo dos Santos. Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/33986/1/2018_LourivaldodosSantosSouza.pdf. Acesso em: 30 de out. de 2023.

TAGLIAPIETRA, O. M.; CARNIATTO, I.; BERTOLINI, G. A Importância do Conhecimento Local dos Agricultores Familiares e Demais Populações Rurais para o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo/RS, v.18, n. 2, p. 178–199, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2470>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. Rio de Janeiro: **Reciis**, 2007.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: **Cortez**, 1985.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP. Brasília: **MDA / Secretaria de Agricultura**, 2010.

Documento Digitalizado Público

TCC Cananda Braga Quirino final

Assunto: TCC Cananda Braga Quirino final
Assinado por: Edimilson Caldas
Tipo do Documento: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Edimilson de Sousa Caldas, ASSISTENTE DE ALUNO**, em 06/03/2024 14:13:58.

Este documento foi armazenado no SUAP em 06/03/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 568797
Código de Autenticação: 0dc2e02ec8

